

MACAPÁ E SANTANA (AP): INTERAÇÕES ESPACIAIS DE DUAS CIDADES MÉDIAS NA FRONTEIRA SETENTRIONAL AMAZÔNICA¹

Jadson Luis Rebelo Porto²

Giselly Marilia Thalez³

Leonardo de Jesus dos Santos Beltrão⁴

Marcela Athaide La Guardia Macedo⁵

INTRODUÇÃO

O debate sobre cidade média na Amazônia é muito recente e reduzido. A ocupação desta região tornou-se mais intensa a partir da década de 1970, assim, suas características regionais precisam ser analisadas sob olhares diferenciados, uma vez que, as dinâmicas da cidade e do urbano detêm especificidades que perpassam pelas dimensões de suas áreas municipais, pelas características regionais, pelas distâncias percorridas entre os núcleos urbanos mais próximo uns dos outros, pelas suas vias de locomoção utilizando tanto o rio como as rodovias.

Com a ampliação da conectividade da rede urbana brasileira, novos estudos vêm identificar o papel desempenhado por essas cidades nessa rede, já destacando: distanciamento de áreas metropolitanas, situação geográfica favorável, capacidade de retenção da população migrante e certa estrutura para ofertar bens e serviços. Ao observar tais considerações para o contexto amazônico, outros fatores também colaboram para o desenvolvimento de sua fronteira urbana, como o controle da terra, a política de migração induzida e financiada pelo Estado e o incentivo a grandes empreendimentos.

Assim, a cidade na Amazônia assume o papel de ser o elemento de mediação entre as políticas de desenvolvimento pensadas para a região e a ressocialização da população migrante. O Estado do Amapá encontra-se na fronteira setentrional da Amazônia brasileira, e conta com 72% de seu espaço como área protegida, fortalecendo assim a urbanização em forma de macrocefalia. Esse inchaço populacional ocorre em apenas duas cidades, cerca de 80% da população, levando em conta que se trata de um Estado com 16 municípios. Importa destacar que as cidades situadas na faixa de fronteira amapaense possuem amplas interações espaciais com o eixo que as cidades Macapá e Santana, seja na relação com o circuito superior, seja com o circuito inferior que constantemente extrapolam os limites políticos dos Estados nacionais.

1 Trabalho produzido como resultado de bolsa científica do CNPq/Unifap e do financiamento do CNPq pelo edital Ciências Humanas (2006) e sequenciado pelo Edital Pró-Defesa /Capes (2008).

2 Geógrafo; Doutor em Economia; Professor adjunto 3 do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Docente do Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional (UNIFAP). Email: jadsonporto@unifap.br

3 Acadêmica do Curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UNIFAP/CNPq -2008. Email: gise_thalez@hotmail.com.

4 Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UNIFAP/CNPq - 2008. Email: Leonardo_arquitetuta@hotmail.com.

5 Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP): Email: marcela_athayde@hotmail.com

A região da faixa de fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, que abrange 11 unidades da federação e 588 municípios e reúne aproximadamente 10 milhões de habitantes. Dentro destas unidades da Federação se encontra o Estado do Amapá, dentro da faixa de fronteira amapaense encontram-se oito municípios (Laranjal do Jarí, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Ferreira Gomes, Pracuúba, Amapá, Calçoene e Oiapoque), dentro destes apenas quatro municípios possuem seu núcleo urbano dentro da faixa.

Logo, dificilmente pode ser vistas dentro de uma perspectiva apenas nacional, pois elas constituem pontos avançados de subsistemas rodoviários, aeroviários e hidroviários que conectam de forma mais ou menos precária.

Os objetivos desse trabalho são avaliar a integração espacial Macapá e Santana, como cidades médias, na fronteira setentrional amazônica; analisar a dimensão espacial urbana do Estado do Amapá; e analisar a interação dos serviços de saúde na fronteira setentrional a partir das cidades médias amapaenses. Acrescenta-se também, a necessidade de levantar, entender e explicar as especificidades regionais, a partir de questões como: Como se comporta as interações espaciais entre as cidades Macapá e Santana? Quais são os principais elementos de interações espaciais de Macapá-Santana na fronteira setentrional?

AS PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: REFLEXÕES PRELIMINARES

O processo de desenvolvimento no Brasil teve como implicação imediata uma concentração econômica e populacional até a década de 1970, principalmente nos Estados da região sudeste. Para Matos (2000) é provável que o processo de concentração demográfica tenha atingido seu ponto máximo em algum momento da década de 1970, quando começa a se observar uma despolarização, em que na sua primeira etapa, observou-se uma relativa difusão da produção industrial em nível nacional. Uma das direções dessa produção foi às cidades médias, um novo nível hierárquico de cidade que se difunde a partir dessa época.

Não há como falar de cidades médias sem aferir as notáveis mudanças que reestruturaram a rede urbana brasileira. Um exemplo indicado por Matos (2000) é: até a década de 1950, essa rede em termos de número e tamanho era incipiente. De um lado tínhamos as metrópoles, que reuniam um grande número de pessoas (especificamente São Paulo e Rio de Janeiro) e de outro as pequenas cidades de no máximo cinco mil habitantes. Porém, pela quantidade que representavam, também abrigavam parcelas consideradas da população brasileira.

A partir de fins dos anos 1960, a expansão da economia brasileira, os próprios efeitos do crescimento econômico favoreceram diretamente o surgimento de várias aglomerações urbanas. Martine *et. al.* (1990) expõem que o êxodo rural também teve papel decisivo nesse processo, onde representou aproximadamente 57% do crescimento urbano entre 1960 e 1980. Com isso, outro nível do que o autor chama de sistemas de localidades emerge: o sistema de cidades médias³. Nesse período o crescimento das áreas metropolitanas declinava enquanto aquelas cidades de até 5.000 habitantes lideram o processo de urbanização.

3 Vários autores têm discutido o tema cidade média no cenário brasileiro, dentre eles se destacam: Sposito (2001; 2007); Pontes (2001); Andrade; Serra (2001); Amorim Filho; Rigotti (2002); Bessa (2005 a e b); Sposito *et. al.*, (2006).

Egler (2001) afirma que o processo de concentração populacional nos grandes centros urbanos é mais importante que o fenômeno de difusão espacial da urbanização. Mas, concomitantemente a relação crescimento populacional e crescimento do número de cidades é bem mais importante para as cidades médias, o que demonstra que essa categoria é bastante dinâmica. De acordo com Branco (2006) o período em que se observa o maior crescimento de tal categoria de cidade, tanto em termos populacionais, quanto em número absolutos de cidades, abrange o período de 1970 a 2000.

Mas existe um problema, este se encontra justamente no conceito de cidade média, onde se observa uma grande importância dada ao fator populacional em detrimento de outros, conforme Moura (2003, p.7) ao afirmar que:

Inúmeras análises de cidades médias vêm sendo realizadas a partir de definições meramente físicas, como o tamanho da população, agregando num mesmo conjunto de municípios que polarizam e compõe aglomerações urbanas ou áreas metropolitanas, assim como capitais de Estados.

O entendimento de cidades médias, geralmente definido por seu porte populacional, deve ser repensado, pois o fator demográfico tanto pode excluir cidades que devem ser pensadas como médias, como incluir cidades equivocadamente situadas neste contexto. Trindade Jr e Pereira (2007) ressaltam que existem cidades que mesmo estando em um patamar inferior do IBGE, podem ser consideradas cidades médias; de forma semelhante, existem cidades que estando entre esses parâmetros não podem ser consideradas cidades médias por estarem diretamente ligadas a metrópole regional, por exemplo.

Neste sentido, sugere-se enfatizar as características funcionais de uma cidade e, conforme Branco (2006), no seu papel de elo entre centros locais e centros globais na rede mundial de cidades. A mesma autora ainda afirma que as cidades médias são nós articuladores entre as grandes metrópoles e as cidades menores, localizadas em sua área de influência.

A definição de cidades médias, logo, não se vincula apenas à classificação por porte populacional. Relacionam-se igualmente as suas funções e seu papel na rede urbana regional, nacional e internacional.

Os esforços de definição do que seja uma cidade média datam da década de 1970, quando se observa um interesse através da elaboração de políticas e programas de desenvolvimento em que os nós da rede urbana eram a base, destacando as cidades médias. Essas políticas foram materializadas no II Plano Nacional de Desenvolvimento e claramente vista no Programa de Cidades de Porte Médio.

Branco (2006) evidencia que nas décadas seguintes, houve mudanças na ótica governamental, dando privilégio ao Planejamento Setorial ocorrendo uma descontinuidade na elaboração e implementação de programas de planejamento territorial onde estavam inseridas as cidades médias. Para a autora, somente quando as transformações alavancadas pela globalização, pelas novas dinâmicas produtivas, pela abertura da economia e inserção de uma sociedade em rede, ressaltando a importância do território e da urbanização, atingindo toda a rede urbana, é que as cidades médias ficam em evidência novamente a partir de 1990.

Juntamente com essa posição, veio a necessidade de maior precisão conceitual. Alguns autores estão tendo um papel relevante, no que se refere à construção de conceitos definidores do que seja uma cidade média. Dentre esses, merecem ser citados: Amorim e Serra (2001) afirmam que as cidades médias desempenham papéis específicos no sistema urbano e que espelham diferentes modos de produção em suas diferentes etapas, em cada fase deste sistema; Spósito (2001), por sua vez, resalta a importância do sítio e situação ou posição

geográfica, das relações espaciais da cidade, principalmente no que tange o consumo, o seu papel na divisão do trabalho e da questão da distância do centro de maior nível hierárquico.

Essa categoria relativamente nova é a conceituação de um novo nível de hierarquia urbana, fruto, segundo Matos (2000), de uma nova dinâmica e reestruturação da rede urbana brasileira. Mas para o caso particular da Amazônia a aplicação desse conceito parece excluir cidades que podem ser consideradas médias, ou incluir neste contexto, cidades intermediárias (TRINDADE JR; PEREIRA, 2007). Vários autores têm contribuindo para formatação conceitual dessa categoria, onde se torna possível dotá-los de aplicabilidade na Amazônia, destacando Spósito (2001); Andrade; Serra (2001); Pereira (2004) e Trindade Jr (1998).

Esses autores enfatizam que na nova hierarquia urbana, a posição da cidade depende mais de sua inserção nas redes globais do que sua dimensão populacional. E acrescentam que as cidades médias são centros que oferecem bens e serviços mais ou menos especializados para sua área de influência constituindo nós articuladores de fluxos para outros níveis da rede urbana.

Um outro aspecto a ser ressaltado é referenciado por Correa (2007, p. 29-30). Segundo este autor, três elementos são fundamentais para se entender as cidades médias. Ei-las: a elite empreendedora; a posição relativa; e as interações espaciais (CORREA, 1997). O primeiro é que estabelece relativa autonomia política e econômica na cidade, cria interesses locais e regionais, compete com alguns setores das grandes cidades e centros metropolitanos. O segundo, detém um lugar central na hierarquia regional, constitui-se como foco de via de circulação e efetivo nó de tráfego (pessoas, informações, variedade e quantidade de mercadorias e serviços). O terceiro, apresenta interações intensas, complexas, multidirecionais e multiescalar. Essas interações são controladas pela elite da cidade e, por meio dela, conecta-se à rede global.

Quanto ao caso amazônico, é importante, antes de tudo, detivermos uma atenção a periodização da sua rede urbana. Segundo Pereira (2004), o processo de estruturação da rede urbana na Amazônia pode ser resumido da seguinte maneira: Fundação da cidade de Belém em 1616; Criação de aldeias missionárias e o extrativismo das drogas do sertão, de 1655 a 1750; Ação mercantil monopolista da Companhia do Grão Pará e Maranhão, de 1755 a 1778; Extinção da Companhia Pombalina a estagnação econômica e da vida urbana, de 1778 a 1850; O “boom” econômico da borracha e a valorização da economia regional, de 1850 a 1920; Crise da borracha e a estagnação econômica regional, de 1920 a 1960; Redefinição do papel da região na Divisão Internacional do Trabalho e sua incorporação ao processo geral de expansão capitalista do país.

O padrão de ocupação na Amazônia é outro elemento de análise relevante quando falamos de reestruturação da rede urbana, pois, a partir das mudanças ocorridas nesses elementos é que formas urbanas, antes quase inexistentes na Amazônia vão proporcionar novas dinâmicas territoriais, principalmente no que tange o fluxo e ao tempo da cidade, o que de certa forma promoveu a configuração da rede urbana na Amazônia que conhecemos. Podemos observar nitidamente o processo, no momento em que ocorrem mudanças nesses padrões.

Dois padrões de ocupação podem ser identificados na Amazônia. O primeiro, considerado o mais antigo, é a ocupação à beira dos rios. Está associado à natureza extrativista das atividades econômicas, esse padrão prosperava à medida que funcionava de entreposto comercial. Algumas cidades o apresentavam tornaram-se importantes, tanto pela infra-estrutura que acumularam, quanto pelos diversos serviços que oferecem a população (LIMA; CARDOSO, 2006).

Com o advento da rodovia, que caracteriza o segundo padrão de ocupação, surge outra dinâmica baseada na acessibilidade rodoviária, porém, com uma capacidade polarizadora menor de hinterlândia³. Dessa forma a terra tornou-se o principal meio de fluxo para produção. Esse padrão continua como foi um dos enfoques norteadores da reestruturação da rede urbana na Amazônia.

Essa reestruturação causou uma ruptura dos antigos padrões de organização espacial. Segundo Trindade Jr. e Pereira (2007) o motivo estava no seu caráter disseminado e pulverizado em que ocorreram os investimentos econômicos e as ações governamentais na região, graças à abertura da fronteira econômica em décadas passadas. Logo, a intervenção estatal teve um papel decisivo neste processo. O resultado foi o maior índice de urbanização do Brasil a partir da década de 1960, segundo indicadores do IBGE. Exemplos claros de tal processo podem ser resumidos em: controle da terra, política de migração induzida e o incentivo a grandes empreendimentos⁴ e integrar a região ao território nacional. Na verdade, o objetivo do ponto de vista da divisão internacional do trabalho, sempre foi tornar a Amazônia a nova fonte de matéria prima e local com farta mão-de-obra barata (PEREIRA, 2004).

O estudo sobre cidades na Amazônia ainda é reduzido, a maioria dos estudos realizados para a região amazônica se concentram na área de meio ambiente, a face urbana da Amazônia necessita de maiores atenções, com isso percebemos algumas visões equivocadas a respeito da vida nessa região. A maioria dos principais programas de pesquisa em meio ambiente do Ministério de Ciência e Tecnologia (LBA, GEOMA, PPBIO, PPG7) não tratam da questão urbana (OLIVEIRA, 2008, p. 19).

É necessário entender que as cidades da Amazônia precisam ser analisadas de forma diferenciada comparada às outras regiões. Esta região possui uma diversidade na formação/construção/criação de suas cidades. Sendo assim, a Amazônia deve ser observada como uma região heterogênea, complexa e diversificada, analisada a partir de suas particularidades sem buscar modelos externos para caracterizá-las (GONÇALVES, 2001, p. 40) .

Em uma primeira análise, é interessante frisar que, historicamente as políticas de desenvolvimento para a Amazônia se sustentaram em três pilares: valorização econômica de suas riquezas naturais, tentativa de integração da região ao território nacional e a possibilidade de superar o suposto vazio demográfico. Para tanto, foi necessário criar condições que atendessem a essas demandas. Assim têm-se na implantação de infra-estruturas (abertura e construção de rodovias, estradas, aeroportos, hidrelétricas e sistemas de comunicação) a melhor maneira de se estimular a fluidez do capital nesta região.

Juntamente com essa estrutura foram criadas políticas de colonização realizadas e incentivadas pelo Estado, o que trouxe enormes mudanças a dinâmica da região. Essas políticas foram a “mola propulsora” para as mudanças na taxa de migração para a região amazônica; bem como para sua urbanização e para a formatação das cidades médias nesta região. E apesar do padrão demográfico não ser considerado como essencial para a classificação de cidades médias, não se pode descartá-lo, sobretudo porque nas cidades médias a população é muito expressiva.

3 Segundo Correa (1995) é uma área subordinada economicamente a um centro urbano.

4 Segundo Becker (1990), os incentivos agiram como recurso estratégico para rápida ocupação da região, antes mesmo da implantação de projetos de produção agrícola e industrial, reproduzindo características de fronteira econômica, que representou para o capital, um espaço de valor onde podem ser implantadas rapidamente novas estruturas, servindo, ainda, como reserva mundial de matérias-primas.

Um dos grandes problemas dessa mudança de padrão de desenvolvimento na Amazônia se traduz na insuficiência de condições necessárias a esses migrantes, que vinham na busca de melhores condições de vida, mas não encontravam as condições suficientes para a sua subsistência. Pereira (2004, p. 36) assim aborda sobre o assunto, “*O perfil das cidades na Amazônia guarda características dessas políticas de desenvolvimento regional que resultaram na concentração de grandes contingentes populacionais nas cidades, carentes de bens, trabalho e serviços públicos adequados.*”

Dentro dessas mudanças ocorridas na Amazônia, também se pode acrescentar que a mesma, após um processo intenso de modificações, passa pela reestruturação de sua rede urbana e transita de uma rede dendrítica para uma rede complexa, trazendo mudanças, conforme sugere Trindade Jr. e Pereira (2007, p. 01):

A reestruturação da rede urbana e os novos papéis conferidos às cidades confirmam a dinâmica de uma nova estrutura produtiva e do mercado de trabalho na Amazônia, o que implica, necessariamente, na ruptura de antigos padrões de organização espacial. Isso ocorre pelo caráter disseminado e pulverizado em que ocorreram os investimentos econômicos e as ações governamentais na região com a abertura da fronteira econômica em décadas passadas.

Assim após a década de 1960 as mudanças foram significativas para a rede urbana da região amazônica, e o processo de organização destas redes está intimamente ligado à questão econômica, principalmente, à circulação, o que se liga necessariamente às vantagens locais de um determinado modelo, implicando em escolhas seletivas de alguns lugares em detrimento de outros, o que caracteriza a seletividade do lugar como categoria de análise do espaço.

Todo esse crescimento vertiginoso, onde as taxas de crescimento urbano regional superam as de crescimento nacional corroboraram para originar conflitos, principalmente na qualidade de vida dessas populações. O crescimento dessas taxas de migrações implicaram no aumento e surgimento de várias cidades na região como veremos a seguir.

No que tange aos estudos de cidades pequenas para a Amazônia, percebe-se, inicialmente, a grande diversidade desses tipos de cidades, que a partir de sua formação e de suas características recebem denominações diferenciadas. Dentre estas, há as cidades ribeirinhas, *company towns*, cidades rodoviárias, cidades históricas, cidades fronteiriças, cidades madeireiras, e entre outras.

Dentro do processo de caracterização das pequenas cidades ainda predomina o parâmetro demográfico, entretanto, segundo Oliveira (2004, p. 2), há outros parâmetros para sua identificação, tais como:

- 1) baixa articulação com as cidades do entorno;
- 2) atividades econômicas quase nulas com o predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos;
- 3) baixa capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os básicos ligados a saúde, a educação e a segurança;
- 4) predominância de atividades caracterizadas como rurais.

O importante a ser percebido é o processo de criação destas cidades, visto que este foi um processo diferenciado para as muitas pequenas cidades da região Amazônica. De acordo com Oliveira (2008, p. 16) o processo de criação de cidades na Amazônia é incipiente e possui características peculiares desta região, assim “são pequenos aglomerados dispersos nas

margens dos rios que tinham como papel a defesa e se constituíam no lócus avançado do processo civilizatório nem sempre concretizado”.

Um ponto importante a ser analisado é a reestruturação da rede urbana amazônica e o papel destas cidades pequenas. Com o aumento das taxas demográficas na região algumas cidades assumiram um papel diferenciado dentro desta rede, deixando de atuar como pequenas cidades e adquirindo características de cidades médias. Oliveira (2008, p. 18) identifica que em 1991 a Amazônia possuía apenas 13 cidades com status de cidades médias, e em 2000 este número subiu para 23 cidades, assim visualizamos que em 10 anos ocorreu mudança de 10 cidades pequenas para cidades médias.

Em se tratando do tema “cidade média”, percebemos que este necessita de maiores discussões no cenário brasileiro, dos reduzidos estudos, a maioria das análises são reflexões do eixo centro sul, cujas características do processo de urbanização são completamente distintas do cenário amazônico, tais como: o controle da terra, a política de migração induzida e financiada pelo Estado e o incentivo a grandes empreendimentos.

Dentro dos estudos de cidades médias na região amazônica, foi possível visualizar que os mesmos ainda são reduzidos se comparados com outras regiões do país. Entretanto cabe destacar que alguns autores vêm desempenhando estudos importantes, e que muito tem contribuído para o avanço nas pesquisas no que concerne o estudo do urbano. Dentre eles cabe destacar Pereira (2004), Trindade Jr. (2002; 2007) e Oliveira (2004).

Na Amazônia as cidades médias cumprem o papel de centros sub-regionais, e servem como um elo de ligação entre as pequenas e grandes cidades, entretanto não podemos dizer que as mesmas obedecem a uma hierarquia urbana, tendo em vista que várias cidades pequenas na Amazônia fazem ligações globais sem necessariamente manterem contato com as grandes cidades.

Um ponto importante a ser destacado seria a dependência de algumas cidades pequenas em relação aos centros sub-regionais (cidades médias), visto que alguns serviços básicos são oferecidos nestas cidades médias que atendem as pequenas cidades, cito a educação e a saúde, visto que a maioria dos pequenos núcleos urbanos são deficitários neste serviços, assim Trindade Jr. (2007, p. 318) aborda que estes centros sub-regionais constituem importantes nós na distribuição de bens e serviços.

REFLEXÕES SOBRE AS CIDADES DE MACAPÁ E SANTANA

Estado do Amapá, localizado no extremo norte do Brasil, limita-se ao norte a Guiana Francesa, ao nordeste o Suriname, ao sul e Oeste o Estado do Pará, e a leste o Oceano Atlântico. Possui 1.691 km de fronteira nacional e 707 km de estrangeira. Este ente federativo tem sido alvo de cobiça por estrangeiros que almejavam a exploração e controle desse espaço desde o século XVIII e, aliado a outros fatores o Brasil, tem na defesa da fronteira setentrional uma preocupação constante, seja nas “assinaturas de acordos diplomáticos, assim como na exploração de seu potencial natural, explicitando-se os interesses por sua ocupação desde o período colonial”(PORTO, 2007).

Após a criação do Território Federal do Amapá, ações dos setores privados e públicos na aplicação de investimentos repercutiram no aumento do movimento migratório, que em muito influenciaram na sua urbanização e na reorganização espacial. Das iniciativas, três se

destacam: a proteção da fronteira; a exploração mineral e as atividades industriais (Icomi e Complexo Industrial do Jari) (PORTO, 2006, p. 37).

Segundo Porto (2006, p. 43-44), o processo de organização do espaço amapaense que em muito afetou a urbanização deste Estado foi decorrente de vários fatores, assim identificados: a defesa da fronteira; a criação do Território Federal; a exploração mineral; a implantação de grandes projetos; a construção de infraestruturas; a construção de *company towns*; a expansão da fronteira agrícola; a criação de novos municípios; a realização de eleições para o legislativo e executivo municipais e estadual; a estadualização amapaense; a implantação de áreas protegidas; e a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. Mais recentemente, têm-se a nas obras da pavimentação da BR 156; nas expectativas das obras do PAC do Governo Federal; na retomada da economia mineira e; na implantação de novos Regimes Aduaneiros Espaciais como fortes atrativos para a ocupação das cidades de Macapá e Santana, pois são por elas por onde chegam os migrantes ao Estado.

Dentre os períodos de seu crescimento urbano destacam-se 40 anos da história do Território Federal do Amapá (1957-1997), correspondendo ao período da exploração do manganês pela Indústria de Comércio e Minérios S.A. – ICOMI, alavancando a criação de infra-estruturas, principalmente no que concernem as vias. Quanto a esse crescimento, Porto (2007, 22)) afirma que:

O crescimento demográfico do Amapá e a sua organização espacial estiveram intimamente relacionadas ao processo de exportação do manganês até a década de 1980. A partir de então, novos elementos foram inseridos, tais como: a implantação do Complexo Industrial do Jari, a construção da BR – 156, a exploração de novos garimpos auríferos, usando o processo de mecanização, a criação de novos municípios e sua estadualização.

Com a Constituição de 1988, o Estado do Amapá passou a vivenciar uma série de transformações, seja nos contextos político, econômico e político-administrativo. De acordo com Porto (2007, p. 143) as principais ações para a organização espacial do Amapá foram:

A transformação do Território Federal em Estado (1988); ciclo da Mineração Yukio Yoshidome S. A. (1989-1992); criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS (1991); Saída da Mineração Yukio Yoshidome S. A. (1992); regulamentação da ALCMS (1992); instalação da Mineração Água Boa Ltda (1992); Plano de Ação Governamental do Amapá (1992); criação dos municípios de Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Cutias, Pracuúba, Porto Grande e Itaúbal, por desmembramento do município de Macapá (1992); criação do município de Vitória do Jari, por desmembramento do município de Laranjal do Jari (1994); implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA (1995); Saída da Mineração Novo Astro (1995); saída da ICOMI (1997); compra do Complexo Industrial do Jari pelo Grupo ORSA (2000); implantação do Programa Amapá Produtivo (2003); implantação do corredor da biodiversidade (2003); criação da Zona Franca de Macapá e da Zona de Processamento de Exportação de Santana (2008).

Assim como também vale lembrar da criação de áreas de restrições⁶ do espaço amapaense, tais como: criação da Floresta Nacional do Amapá (1989); criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari (1990); criação da Área de Proteção Ambiental do Curiaú (1992); criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (2002); demarcação da Reserva Indígena Parque do Tumucumaque (1997); criação da Reserva Indígena do Juminá (1992);

⁶ Áreas juridicamente delimitadas em que não é permitida a expansão urbana. No caso amapaense são representados pelas APAs, Terras Indígenas, área de proteção ambiental. É nesse Estado que está localizado o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, um das maiores áreas de preservação do mundo.

criação da Reserva Indígena Uaçá (1991); criação da Reserva Indígena Waiãpi (1996); criação da Floresta Estadual do Amapá (2008). Tais áreas implicam em duas conseqüências para a sua condição urbana (PORTO; BIANCHETTI, 2005) e para os municípios amapaenses: Estímulo a concentração urbana em Macapá e Santana, pois os migrantes são impedidos de ocuparem o interior do Estado e; a indisponibilidade de Terras Municipais, ou seja, o município é juridicamente criado e delimitado, mas seu território não é administrável pelo Prefeito, pois as terras desses municípios pertencem à União, ou seja, estão sob a jurisdição federal.

Com isso observa-se que as cidades de Macapá e Santana dentre todos os outros municípios concentram a maior parte da população do Estado, cerca de 80% o que corresponde a uma macrocefalia urbana. Segundo Oliveira (2008), Macapá é a segunda capital da Amazônia com maior concentração populacional em relação ao resto dos municípios do Amapá.

Macapá, capital do Estado do Amapá, localiza-se no Sudeste do Estado, às margens do Rio Amazonas, com população, estimada, em de 344.153 habitantes (IBGE, 2007); sua área é de 6.407 km². Seus municípios limítrofes são Ferreira Gomes, Cutias e Amapá a norte, o Oceano Atlântico a leste, Itaubal e o delta do rio Amazonas a sudeste, Santana a sudoeste e Porto Grande a noroeste, e sua área urbana conta oficialmente com um número de 35 bairros.

Santana, por sua vez, também localizada na foz do rio Amazonas, possui uma população, estimada, em 92.098 habitantes (IBGE, 2007), sua área é 1.578 km², seus municípios limítrofes são o Rio Amazonas a leste; Mazagão ao sul; Macapá ao norte e; a oeste, Porto Grande. Sua área urbana é dividida oficialmente em 13 bairros.

Essas cidades formam um eixo de complementaridade de funções e representam o centro dos serviços e comércio no Estado onde se concentra grande parte das atividades econômicas existentes, exemplo claro disso é a presença da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, das principais atividades do setor terciário da economia; em Macapá encontram-se as empresas atacadistas do Estado; a presença do Distrito Industrial de Santana; localização do sistema portuário responsável pelo processo de exportação das matérias-primas exploradas no espaço amapaense e pela recepção de produtos para o consumo interno do Estado. Este eixo apresenta a maior participação do PIB amapaense.

Nesse contexto essas cidades podem ser entendidas mediante as relações de complementaridade de funções, bem como o papel enquanto centros de referência para outras cidades de suas hinterlândias, e os seus papéis na rede urbana em suas mais variadas escalas.

No que tange à faixa de fronteira amapaense os oito núcleos urbanos possuem fortes ligações, tanto econômicas, como em serviços com Macapá e Santana. Essas ligações/articulações também ajudam a explicar em qual nível de hierarquia urbana Macapá e Santana estão enquadradas: o nível de cidades médias. É necessário antes de tudo esclarecer que estamos partindo do ponto de vista da funcionalidade da cidade, uma vez que outros fatores como o demográfico e o político talvez exclua essas cidades desse cenário.

De acordo com Trindade Jr. e Pereira (2007, p. 05), apesar do número populacional de algumas cidades serem inferiores a 100.000 não se torna como classificatório se uma cidade é média ou não, e ressalta que para o caso amapaense:

Há cidades que mesmo situadas em intervalo inferior àquele patamar, pelo fato de formarem uma malha urbana única contígua ou funcionalmente articulada alçam-se ao patamar de cidades médias, como é o caso de Santana (AP), que não pode ser compreendida sem estar articulada a Macapá (AP). Há ainda aquelas que, mesmo situando-se em patamar inferior às cidades de

porte médio, pelo papel e importância que assumem na estruturação regional e na divisão territorial do trabalho, não podem deixar de ser consideradas sub-centros regionais e, portanto, cidades médias.

Neste sentido, o eixo Macapá-Santana correspondem ao coração econômico do espaço amapaense, por onde a fluidez do capital interage e circula com maior intensidade.

INTERAÇÕES ESPACIAIS DE DUAS CIDADES MÉDIAS COM A FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE

Primeiramente é necessário entendermos que os principais pontos de conexão do Estado do Amapá tanto com a rede urbana regional, como também com o global são as cidades de Macapá e Santana. Na primeira, temos como ponto de ligação com o local e com o global o aeroporto internacional de Macapá, que no momento sofre modificações/ampliações em sua estrutura física, o que se torna um ponto positivo para o desenvolvimento deste espaço regional.

Outra ligação extremamente importante para esse espaço é o Sistema Portuário de Santana (desde as Docas de Santana até o Porto da MMX) que desempenha importante função na rede urbana regional, tendo conectividades com cidades como Belém, Santarém e o Pólo Industrial de Manaus. Assim como também sua ligação com o global, mantendo relações com a Ásia (China, Coréia do Sul), Estados Unidos e Europa. O Porto de Santana é um dos principais ajustes espaciais⁷ que caracterizam Santana como Cidade Média, pois é de grande relevância na rede urbana regional por fazer as ligações acima citadas.

Os principais produtos que tem saída do porto são bens de consumo, madeira, cromita, celulose e caulim, vindos de outros municípios do Estado. Esses produtos são extraídos por grandes empresas instaladas no espaço amapaense como Amapá Celulose S/A (AMCEL); Mineração Pedra Branca do Amapari (MPBA); Sambazon - Açaí do Amapá; Mineração Vila Nova; MMX e; Mineral e Metais.

Das interações espaciais mais significativas ressaltam as funções urbanas que essas cidades desempenham. Macapá e Santana apresentam funções complementares no que tange os seus papéis desempenhados na rede urbana local, regional e global, por este motivo usa-se o termo “eixo Macapá-Santana” ao invés de tratá-las separadamente.

No que se refere às funções das cidades separadamente, podemos observar que ocorre uma complementaridade de funções, integrantes dos circuitos superior e inferior da economia (SANTOS, 2004). Dentre as funções mais significativas que se complementam em termos de local podemos destacar: função comercial (varejista e atacadista); serviços; portuária (circuito inferior); aeroviária e rodoviária. Santana por sua vez, apresenta as funções: Comercial (varejista); portuária (circuito inferior e superior); serviços e industrial.

Como em outras cidades, os centros de Macapá e Santana ainda mantêm um poder atrativo e concentrador no que se refere às atividades terciárias, fundamentando e confirmando a centralidade, que já existe por ser uma área central e que se reafirma quanto aos fluxos, apesar de já se observar um processo de descentralização de atividades, transferidos para outros locais que podem expressar novas centralidades. A função comercial

⁷ De acordo com Couto *et. al.* (2006) Ajustes Espaciais seriam ações que teriam a função de criar condições para que o capital se manifeste e ganhe movimento.

se observa grande fluxos nos seus respectivos centros tradicionais, apesar de já se considerar a formatação de alguns sub-centros. Em seus perfis são observados a profunda relação existente entre a formalidade e informalidade.

Quanto à relação dos centros com as demais áreas das cidades, Montessoro (2006, p. 3), afirma que “a relação do centro com as demais áreas da cidade refletem a dinâmica das localizações, que não podem ser desprezadas, mas que carregam um conteúdo social, e ao mesmo tempo, simbólico do ponto de vista das relações estabelecidas e do conjunto de contexto que se materializam na cidade”.

A mesma autora afirma que, se a cidade é a materialização das formas e funções que dinamizam o espaço e apresenta conteúdos diferenciados, Temos uma articulação múltipla entre os diversos atores, caracterizando a articulação das relações sociais estratificadas como espaços. Tal articulação contempla a relação entre formalidades e informalidades na dimensão dos papéis que o centro desempenha na relação com as demais porções da cidade.

A idéia de reestruturação urbana também deve ser retomada quando enfoca-se o eixo Macapá-Santana, pelo mesmo motivo de também estar relacionada à questão da redefinição da centralidade urbana, já que há um processo de multiplicação de novas centralidades onde são organizadas com a estruturação das atividades comerciais e de serviços e que geram novos espaços atrelados ao consumo, sendo que, esta inter-relação promove um (re) ordenamento e (re) localização de atividades que não mais ficam restritas apenas ao centro da cidade.

Importante ressaltar a diferença existente entre Macapá e Santana nessa função. Enquanto Macapá apresenta comércio atacadista e varejista, em Santana se observar o predomínio de comércio varejista. Isto se confirma quando levamos em consideração uma das principais características de Santana, que é a de ser uma rota de passagem para entrada e saída de produtos, e em Macapá estão instaladas as empresas atacadistas, sendo considerado um lugar de permanência e distribuição desses produtos.

Outras funções dignas de nota são: a portuária e a industrial, ambas tendo maior destaque em Santana. O sistema portuário de Santana é referencia devido à sua capacidade de comportar grandes embarcações. Essa capacidade é comparável aos grandes portos do Brasil e da América Latina, pois permite receber embarcações com 11 metros de calado (CASTRO; PORTO, 2007) além de possuir uma posição privilegiada estrategicamente. Foi construído com a finalidade original a de atender à movimentação de mercadorias por via fluvial, transportadas para o Estado do Amapá e para a Ilha de Marajó.

Todavia, pela sua posição geográfica privilegiada, tornou-se uma das principais rotas marítimas de navegação, permitindo conexão com portos de outros continentes, além da proximidade com o Caribe, Estados Unidos e União Européia, servindo como porta de entrada e saída da região amazônica. Quanto às indústrias presentes em Santana é importante citar AMCEL, MMX, Coca Cola, Agronorte do Amapá S/A., cujas sedes administrativas e técnicas fazem parte de sua paisagem urbana.

O ponto de análise a partir de agora deter-se-á no papel que esse eixo representa no contexto local, idem os municípios situados na Faixa de Fronteira amapaense, o que por sinal confirma a posição de intermediação que as cidades Macapá e Santana possuem perante essas localidades, e os sistemas de localidades mais complexos.

As Cidades de Macapá e Santana assumem um papel importantíssimo neste contexto amapaense, pois são nós de distribuição de bens e serviços, sendo responsáveis por grande

parte dos serviços oferecidos as populações residentes na faixa de fronteira, sejam serviços básicos, como saúde e educação ou serviços oferecidos pelo setor terciário.

Outro ponto importante a ser destacado nessas interações espaciais é a importância da cidade de Santana nos serviços de importação e exportação a partir do seu Sistema Portuário, visto que o Porto de Santana é dos pontos principais de ligações não só com o local, com o regional e também com o global, visto que o Amapá está situado em posição geográfica estratégica facilitando assim o escoamento das produções destes municípios da faixa de fronteira amapaense para o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Amapá possui uma posição periférica, porém com uma vantagem incomensurável: é triplamente estratégica por localizar-se na faixa de fronteira, no litoral e na foz do rio Amazonas. Este diferencial faz com que o uso, a ocupação, a configuração, e a organização do seu território deve ser alvo de políticas públicas bem estruturadas e de interesse nacional.

Por localizar-se no litoral, possui amplas condições de maior inserção na rede global de circulação de mercadorias, seja ofertando matérias primas, seja adquirindo produtos industrializados. Considerando sua posição na foz do rio Amazonas, é uma área de produção alimentícia (pescados) de grande interesse mundial.

Quanto à sua localização na faixa de fronteira, não limita-se com qualquer país do mundo, mas a um país desenvolvido da União Européia: a França, a partir de seu Departamento Ultramarino Guiana Francesa. Neste Departamento encontra-se a base espacial da União Européia (Kouru) e sua moeda de circulação é o Euro.

Sobre o primeiro aspecto, isso significa que o Amapá é vizinho de um grande centro tecnológico, cujas universidades instaladas no Amapá poderiam ter maiores aproximações com pesquisas e cursos da área tecnológica. Essas universidades localizam-se em Macapá e em Santana. Quanto ao segundo, significa relações comerciais de bens de consumo mais baratos para os guianenses a partir do mercado amapaense, aproveitando a sua movimentação portuária de Santana e a distribuição a partir de Macapá. O “eixo Macapá-Santana” concentra um processo de interações espaciais que ressaltam suas funções urbanas. Este eixo possui funções complementares no que tange os seus papéis desempenhados na rede urbana local, regional e global.

Dentre as funções mais significativas que se complementam em termos de local podemos destacar: função comercial (varejista e atacadista); serviços; portuária (circuito inferior e superior); aeroviária e rodoviária; serviços e industrial. Ou seja, sua interação é multiescalar e multidimensional.

No que tange às elites empreendedoras, esse eixo mantém um poder atrativo e concentrador no que se refere às atividades terciárias, fundamentando e confirmando a centralidade, que já existe por ser uma área central e que se reafirma quanto aos fluxos. Em seus perfis são observados a profunda relação existente entre a formalidade e informalidade.

Outra escala digna de reflexão é a local. É neste eixo onde se localizam a elite empreendedora que estabelece interações espaciais com a faixa de fronteira. É essa elite que

recebe e distribui as mercadorias internas e externas, sem o controle oficial, pois aproveita-se da porosidade dessa fronteira para intensificar a fluidez de seu capital. Por outro lado, também instala empresas de exportação (minérios, madeira, alimentos), que lhes garantem legitimidade de circulação e reprodução do capital.

Neste eixo concentram-se os interesses locais da margem esquerda da foz do rio Amazonas; possui as principais ofertas de serviços e mercadorias; convergem e originam as principais vias de circulação, por onde chegam, circulam e saem seus produtos, impondo uma centralidade para esta faixa de fronteira em Macapá e Santana.

Assim sendo, o eixo Macapá-Santana apresenta-se de grande importância regional e nacional. É a partir deste eixo que: exportam-se matérias primas amapaenses; importam-se produtos para o consumo do Estado; montou-se uma rede de distribuição de mercadorias produzidas no espaço brasileiro e estrangeira que, a partir dela, pode fortalecer a indústria nacional; possui um parque científico/universitária em construção que poderá ser estimulada com a aproximação do parque tecnológico na Guiana Francesa. Por isso, suas interações são intensas, complexas, multidimensionais e multiescalar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.) **idades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J.I.R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. In: **Anais do Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, 13, Ouro Preto, 2002.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).

BESSA, K. C.. Reestruturação da rede urbana e meio técnico-científico-informacional: reflexões sobre as cidades médias brasileiras. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Depto Geografia/FFLCH/USP, 2005a.

_____. Reestruturação da rede urbana brasileira e as cidades médias: o exemplo de Uberlândia (MG). **Caminhos de Geografia**. 24 (1): 268 – 288, out. / 2005b.

BRANCO, M. L. C. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S., SPOSITO, M. E. B., SOBAZO, O. **Cidades médias: produção do espaço urbano**. São Paulo: Expressão Popular. 2006.

BRANCO, M. L. C. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S., SPOSITO, M. E. B., SOBAZO, O. **Cidades médias: produção do espaço urbano**. São Paulo: Expressão Popular. 2006.

CASTRO, M. L.; PORTO, J. L. R. Ponte Brasil-Guiana Francesa: os paradoxo da integração e um contexto multi-escalar. In: **Revista de Economia Heterodoxa**. 6 (7): 57-93, 2007.

CORREA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática. 1995.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. construindo o conceito de cidade média. In: SPÓSITO, M. . B. (Org.). **Cidades Médias: espaço em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

COUTO, M. E. A.; MELO, L. R. P.; MONTEIRO, R. M. G.; PORTO, J. L. R. **Os ajustes espaciais e a expansão das redes geográficas**: a inserção de próteses tecnológicas no espaço amapaense. Macapá, 2006. (Artigo vencedor do Colóquio de Iniciação Científica da Faculdade Seama, área Ciências Humanas).

EGLER, C. Urbanização Mundial e no Brasil: mudanças recentes e perspectivas. In: IPEA, IBGE, UNICAMP. **Estudos básicos para a caracterização da rede urbana**. Brasília: IPEA, 2001.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

LIMA, J. J. F.; CARDOSO, A. C. D. Tipologias e padrões e ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem?. In: CARDOSO, A. C. D. (Org.). **O Rural e o Urbano na Amazônia, diferentes olhares em perspectivas**. Belém: Edufpa. 2006.

MARTINE, G; CAMARANO, A. A.; NEUPERT, R.; BELTRÃO, B. “A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas”. In: **Para a década de 90; prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Brasília: IPEA/IPLAM, 1990.

MATOS, R. S Aglomerações Urbanas, Rede de Cidades e Desconcentração Demográfica no Brasil. In: **Anais Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, 12.,2000.

MONTESSORO, Cláudia Cristina Lopes. O centro, o comércio informal e a (re)afirmação da centralidade urbana em Anápolis-go. In: **Anais II Simpósio Internacional sobre Cidades Médias**. Universidade Federal de Uberlândia. 2006.

MOURA, R. Rede urbana e reestruturação do território nacional um percurso por entre as representações. In: **Anais Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB)**, VIII, 2003.

OLIVEIRA, J. A. Das Cidades da Natureza à Natureza das Cidades. In: TRINDADE JR. S. C. da; TAVARES, M. G. da C. (Org.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: Edufpa, 2008.

OLIVEIRA, José Aldemir. *A Cultura nas (das) Pequenas Cidades da Amazônia Brasileira*. **Anais VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 16 a 18 de setembro de 2004.

PEREIRA, J. C. M.. **Importância e Significado das Cidades Médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)**. Belém: NAEA/UFPA,2004.

PONTES, B. M. S.. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970). In: SPOSITO, M. E. B (org.) **Urbanização e cidades**. Perspectivas Geográficas. São Paulo: Gasper/EDUSP, 2001.

PORTO, J. L. R. **(Re)construções amapaenses: 60 anos de transformações espaciais**. Macapá: Jadson Porto, 2006. (Série Percepções do Amapá; v. 4)

_____. **Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais (1943 a 2000)**. 2» ed. Macapá. Edição do autor, 2007.

PORTO, J. L. R.; BIANCHETTI, A. Dinâmicas urbanas amapaenses: Conflitos e perspectivas de um estado em construção. In: **Anais do Congresso Internacional em Planejamento e Gestão Ambiental**, Brasília, 2005.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**. São Paulo: Edusp, 2004.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001.

_____. **Cidades Médias**: espaço em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____.; ROCHA, G. M. Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação do tema. In: **Cidade e empresa na Amazônia**: Gestão do território e desenvolvimento local. Belém, Paka-Tatu, 2002.

_____.; PEREIRA, J. C. M. . Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 313-342.